

em futuros alargamentos da Aliança, proporcionará uma clarificação de águas, que até ao momento não foi considerada. Há que estar atento aos desenvolvimentos políticos em Kiev, e procurar perceber até que ponto a Ucrânia poderá manter o seu estatuto de *Distinguished Partner*, no caso de prevalecerem em Kiev outras opções de política externa. Nos tempos do ex-presidente Viktor Yanokovitch, apesar da opção de neutralidade geoestratégica (*Non Block Policy*), a Ucrânia manteve um elevado nível de cooperação com a NATO, participando em todas as atividades da Aliança abertas aos parceiros. A não adesão não significa que deixe de cooperar com a Aliança.

Isto transporta-nos para o futuro da Parceria para a Paz e do fórum que a superintende – Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC) –, que poderá perder fulgor e ser reconfigurado, vendo a sua importância ainda mais reduzida, em detrimento de fórmulas de cooperação orientadas apenas para alguns parceiros como, por exemplo, a Finlândia, Suécia e Suíça, algo que já acontece desde há uns anos a esta parte. A política de porta aberta poderá ter de ser repensada, sobretudo quando isso se aplicar a países adjacentes à Federação Russa. Ninguém está interessado em assistir a uma “Ucrânia – 2”, no Cáucaso do Sul.

Outro aspeto a analisar prende-se com o projeto da NATO *Global* defendido por alguns setores da elite política norte-americana, iniciada na cimeira de Bucareste com os chamados *Contact Countries*. Há que tentar perceber quais serão as ondas de choque desta guerra neste projeto que não parou, apesar de ter reduzido a velocidade. Está para se perceber como se vai lidar com isso, e como esta guerra

vem justificar ou dar ânimo aos seus defensores, num momento em que a ONU parece perder relevância na defesa e segurança da paz internacional e onde a capacidade de atuação dos EUA está condicionada pelo poder de veto dos seus pares.

## O Cockpit Ucrainiano

**Carlos Gaspar**

Professor Catedrático Convidado da UAL.  
Assessor do IDN e Investigador do IPRI-NOVA.

A Guerra da Ucrânia confirma a dinâmica ofensiva da estratégia revisionista da Rússia, revelada pela invasão da Geórgia, pela anexação da Crimeia, pela intervenção na Guerra da Síria e pela “guerra híbrida” no Donbass, cuja finalidade é a expansão da sua “esfera privilegiada de interesses” e a mudança do sistema de segurança europeia do pós-Guerra Fria.

No dia 17 de dezembro de 2021, a Rússia apresentou aos Estados Unidos e à NATO duas propostas de Tratado que impunham fazer recuar as fronteiras de segurança da NATO para as suas posições 30 anos atrás, incluindo a retirada das forças aliadas dos Estados da NATO na Europa Central e Oriental; interditar a instalação de mísseis estratégicos em território europeu; e proibir a adesão de novos membros à Aliança Atlântica, incluindo a Ucrânia e a Geórgia. Em janeiro de 2022, na sequência de reuniões de alto nível entre a Rússia e os Estados Unidos, do Conselho NATO-Rússia e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), as propostas russas foram rejeitadas pelos aliados. Em resposta, a Rússia decidiu reconhecer as entidades separatistas em Donetsk e em Luhansk como Estados

independentes, instalar mísseis russos na Bielorrússia e destruir o Estado ucraniano. No dia 24 de fevereiro, começou a invasão da Ucrânia, uma ofensiva militar numa escala sem precedentes na Europa desde a invasão da Checoslováquia em 1968. Essas decisões têm consequências. Desde logo, os Tratados propostos pela Rússia, o reconhecimento das entidades separatistas e a invasão da Ucrânia tornam obsoletos o Acto Fundador NATO-Rússia de 1997, a Carta de Segurança Europeia da OSCE, que estipula a indivisibilidade da segurança euro-atlântica, e os Protocolos de Minsk e, nesse sentido, antecipam o fim do Conselho NATO-Rússia, do “Formato da Normandia” e da missão da OSCE no Donbass. Por outro lado, as posições da Rússia põem em causa os princípios da Acta de Helsínquia, incluindo a inviolabilidade das fronteiras no espaço euro-atlântico e a livre escolha das alianças e, nesse sentido, antecipam o fim da OSCE, que não pode sobreviver sem a Rússia. O fim da comunidade euro-atlântica altera a fórmula original do regime de segurança europeu do pós-Guerra Fria, que articula a comunidade europeia, cuja principal instituição é a União Europeia, a comunidade transatlântica, cuja principal instituição é a NATO, e a comunidade euro-atlântica, cuja principal instituição é a OSCE. A invasão da Ucrânia e a ruptura com os aliados ocidentais confirma a viragem euroasiática da Rússia, cujo corolário é a sua estratégia de expansão nas marcas europeias para impor aos Estados do “espaço pós-soviético” e da Europa Central e Oriental um estatuto de “soberania limitada”. Por último, a ruptura das relações com os Estados Unidos e a NATO significa o adiamento das conversações bilaterais russo-americanas sobre

a estabilidade estratégica, incluindo as novas armas estratégicas não-nucleares, iniciadas na sequência do prolongamento dos acordos New START; das conversações sobre os mísseis de alcance intermédio e sobre os sistemas de armas nucleares táticas no teatro europeu; e das conversações multilaterais sobre a limitação das forças convencionais no espaço euro-atlântico.

A invasão russa é o princípio de uma ofensiva que se pode prolongar em direcção aos Estados vizinhos, membros e não-membros da NATO, no fim da campanha da Ucrânia. A Rússia pode querer testar a Finlândia ou a Suécia no mar Báltico e pôr à prova a cláusula de defesa coletiva da NATO nas Repúblicas Bálticas ou na Roménia – um elo frágil, com a Sérvia e a República Srpska na rectaguarda; a Moldávia está numa posição de extrema vulnerabilidade. A melhor forma de limitar as tentações russas é criar “situações de força” na futura linha de demarcação. Essa prioridade significa multiplicar as forças aliadas concentradas na nova linha da frente, tanto na Polónia e nas Repúblicas Bálticas, onde os Estados Unidos, a Alemanha, o Canadá e a Grã-Bretanha têm responsabilidades especiais no quadro da NATO, como na Roménia, onde está prevista a presença de tropas da França e de Portugal; abrir as portas da NATO à Suécia e à Finlândia; e impedir a capitulação das forças ucranianas.

A revolução na política externa e de defesa da Alemanha marca o fim das ilusões europeias sobre a Rússia e representa um ponto de viragem na política internacional, dominada pela ofensiva das potências revisionistas que julgam irreversível a decadência das democracias ocidentais. A resistência da Ucrânia mostra que o espírito da liberdade não desapareceu

e forçou a unidade das democracias ocidentais, que devem excluir a Rússia e os seus aliados da ordem de segurança europeia.

## A Fraqueza Relativa Norte-Americana e a Guerra na Ucrânia

Diana Soller

Professora na Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora no IPRI-NOVA.

Quando se tornou presidente dos Estados Unidos, Joe Biden afirmou que a “América estava de volta” com a intenção de “liderar o mundo livre” contra a crescente “ameaça autocrática” colocada pela China, a Rússia e os Estados que lhes seguiam as pisadas. Disse – e continua a repetir, como se ouviu no discurso do Estado da União, – que enfrentamos uma batalha ideológica, e que as democracias, por força dos valores e da razão, irão prevalecer.

É neste contexto que a Guerra da Ucrânia se torna o primeiro teste à resolução norte-americana. Até agora, o desempenho tem sido fraco para uma potência cuja legitimidade reside nos valores e no tipo de regime. Num caso de uma invasão sem *casus belli* plausível e em claríssima violação do direito internacional, Washington não tem mostrado a capacidade necessária para desempenhar o papel a que se propôs. Provavelmente não por falta de vontade, mas por falta de capacidade.

Senão vejamos. A administração Biden, na posse de informação muito completa e detalhada sobre o que iria acontecer, tinha duas opções: ou negociava com Vladimir Putin a retirada de qualquer influência ocidental de Kiev – a tal “neutralidade” que o Kremlin agora exige a uma

Ucrânia debaixo de fogo – evitando, de início, envolver-se num conflito russo-ucraniano, que assim poderia nem ter chegado a acontecer.

A outra possibilidade seria uma posição consistente com a de uma potência hegemónica: tentar travar Putin dos seus intentos através da ameaça do uso da força. Claro que traria riscos. Os EUA poderiam ser arrastados para confrontos difíceis de aceitar pela opinião pública americana. Além disso, não haveria garantias de que a China não aproveitasse a oportunidade para “reintegrar” Taiwan, enquanto Washington se ocupava de Moscovo. Mas poderia também ter evitado a guerra e garantido aos Estados Unidos a posição que procuram. Não se pode ser líder do mundo livre e simplesmente deixar invadir um Estado por este ter escolhido a via democrática.

A administração Biden escolheu uma espécie de via média. Uma diplomacia pesada, que denuncia desde a primeira hora as intenções e os crimes de Moscovo; o apoio militar e humanitário à Ucrânia; sanções económicas duríssimas, que podem chegar ao embargo do petróleo e do gás russo em território da Aliança Atlântica. Mas sempre sublinhando, no meio de discursos mais ou menos triunfais, que qualquer intervenção armada está fora de questão, a menos que algum membro da NATO sofra um ataque russo.

Esta política – que sem a coragem e a resistência dos ucranianos não valeria de muito –, poderá ter efeitos a médio prazo. Desconfio que Washington procura impor uma estratégia, já usada no passado, em que por força do empobrecimento da população russa – pelas sanções e pelo custo da guerra –, da revolta dos oligarcas, do isolamento internacional *parcial* de Moscovo, e fazendo chegar